

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES  
CONCIDADES  
REALIZADA NOS DIAS 02 e 03/09/2004**

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e quatro, às quatorze horas, no auditório do Hotel St. Paul, situado no Setor Hoteleiro Sul – Quadra 02, Bl H, Brasília-DF, sob a presidência do Excelentíssimo Ministro das Cidades, Olívio Dutra, com a presença de 50 Conselheiros titulares, 26 Conselheiros suplentes e 14 Observadores, conforme **Anexo I**, representados por 07 do Poder Público Federal, 3 do Poder Público Estadual, 4 do Poder Público Municipal, 16 de Entidades dos Movimentos Populares, 06 de Entidades Empresariais, 07 de Entidades de Trabalhadores, 04 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 03 de Entidades não Governamentais e 14 Observadores, teve início a terceira Reunião Ordinária do Conselho das Cidades – ConCidades, destinada a apreciar a seguinte pauta: 1. Informes do Ministério das Cidades, 2. Análise do Orçamento do Ministério das Cidades, 3. Processo de preparação da 2ª Conferência Nacional das Cidades, 4. Política Nacional de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, 5. Informe e andamento da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, 6. Informes dos Comitês Técnicos 7. Apresentação do grupo que vai formular o projeto da 2ª Conferência. O Presidente declarou aberta a Reunião, dando boas vindas aos Conselheiros e Conselheiras, convidando para a mesa e co-presidir a reunião a Senhora Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Ministério das Cidades. Ressaltou da satisfação que sempre se renova ao estar diante de um Plenário de protagonistas, representativos de importantes segmentos, entidades e movimentos da sociedade brasileira, que lutam em prol de uma vida urbana digna e saudável.. Salientou que o ConCidades está se consolidando, contribuindo assim para importante relação da sociedade com o Governo, em especial, para o Ministério das Cidades que se alimenta das orientações para as políticas e os projetos que requalificarão o espaço urbano e irão garantir o Direito à Cidade para todos. Nesse sentido, aproveitou para dizer que todos devem fazer esforços para que as plenárias do Conselho sejam sempre cooperativas, produtivas, praticas e objetivas Em seguida, o Presidente colocou as equipes das secretarias do Ministério das Cidades à disposição dos Conselheiros e passou a palavra para a Srª Iria Charão que leu a ata da 2ª Reunião que, não tendo ressalvas foi aprovada por unanimidade. A Coordenadora passou para o primeiro ponto da pauta **1. Informes do Ministério das Cidades**, passando a palavra ao Ministro Olívio Dutra que retomou a palavra para fazer um relato sobre a participação do Governo Brasileiro, através do Ministério das Cidades, no 2º Fórum Urbano Mundial, no período de 13 a 17 de setembro em Barcelona, organizado pelas Nações Unidas. Informou que ele foi convidado e estará co-presidindo o Fórum em conjunto com a Presidente, Ministra de Habitação da Espanha, a senhora Maria Antonia Trujillo. Discorreu sobre os objetivos, o formato, os diálogos e sobre a delegação brasileira que estará no Encontro Internacional, conforme descrito no **Anexo II**. Em seguida a Srª Ermínia Maricato informou que foi elaborado um documento que será a Tese do Governo Brasileiro a ser levado para Barcelona e que foi escrito pela Secretária Raquel Rolnik, sob o título: “O desafio de implementar cidades para todos” que expressa as posições brasileiras, debatidas no âmbito do ConCidades, cujo enfoque central trata do financiamento ao desenvolvimento urbano, no qual se encontra na íntegra, no **Anexo III**. Logo após a Srª Iria charão, retomou a coordenação da reunião, avisando o lançamento da Revista Movimento, pela ANTP e a campanha “Olho no seu Voto” pelo FNRU para o final dos trabalhos do dia. A seguir a Coordenadora, encaminhou o segundo ponto da pauta: **2. Análise do Orçamento do Ministério das Cidades**, dando uma explicação prévia que devido ao tempo exíguo que existia antes da apresentação da proposta orçamentária do Ministério, bem como, da realização de reuniões extraordinárias de dois Comitês Técnicos e do Seminário de Saneamento, não houve tempo hábil para efetivar a reunião extraordinária do Conselho que trataria do tema orçamento, conforme indicação da última reunião do ConCidades. Desculpou-se e salientou que a proposta do Ministério é

prestar contas ao Conselho em todas as suas reuniões, para que esta discussão fique sempre atualizada e afirmou que o debate do ponto de pauta tem o objetivo de definir uma proposta clara de encaminhamento. Passou imediatamente a palavra ao Srº Heleno, da Secretaria Executiva do Mcidades que começou falando sobre a necessidade da participação do Conselho nas decisões orçamentárias e no Plano Plurianual - PPA. Disse que no dia 31 de agosto foi encaminhado o orçamento e as revisões do PPA 2005/2007. Propôs duas reuniões do ConCidades para tratar de questões ligadas ao orçamento. Explicou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO não dispõe sobre valores, mas diretrizes e orientações de como vai ser tratado o orçamento no exercício referido. Apresenta, também, metas, porque ao serem estabelecidas, chega-se indiretamente a valores propostos e a serem seguidos. O prazo exigido em lei, para a elaboração do projeto de Lei da LDO vai de 15 de fevereiro a 15 de abril, e a tramitação do projeto da LDO no Congresso Nacional vai de 16 de abril a 30 de junho. Porém, segundo Heleno, a discussão do orçamento específico do Mcidades depende do dia em que a proposta do Governo Federal chegar do Ministério do Planejamento para ser discutida. Segundo a média de tempo gasto nos dois últimos anos, a equipe do MCidades propõe que a 1ª Reunião do Conselho para tratar da LDO seja no início de março, pois assim atingiria também a discussão da 1ª fase do PPA, que é a fase de revisão qualitativa. A 2ª reunião que depende de ter chegado os valores, isto é, a parte quantitativa, no MCidades, em princípio, poderia ser efetuada na segunda quinzena de julho, na medida que é o Ministério do Planejamento que estabelece os valores que o MCidades irá dispor no exercício seguinte e no PPA. Logo em seguida, Heleno, explicou o demonstrativo que havia sido distribuído a todos os presentes, que expressava o orçamento para 2005, por área de gestão e o montante de outros ministérios que existe uma atuação conjunta, como é o caso da Funasa para programas de saneamento e do Ministério da Fazenda para o programa PSH. O último ponto mencionado, por Heleno, se referiu às emendas parlamentares que, por serem pulverizadas, o Ministério está elaborando um manual de orientação para os parlamentares com o objetivo de conseguir recursos mais concentrados aos programas em andamento, no MCidades. Em seguida a Srª Iria Charão abre o debate e a primeira inscrita é a Srª Berthelina da FNA, que quer saber se para discutir a LDO, o Ministério pensou em alguma forma de capacitação dos Conselheiros, bem como na elaboração de materiais a serem distribuídos com antecedência, para a preparação das entidades. Constatou que os recursos para o plano diretor não estavam expressos na previsão recebida e que gostaria de ter esclarecimentos, inclusive, sobre a redução dos valores para a área do Planejamento Territorial, justamente no ano limite de elaboração dos Planos Diretores, nos municípios acima de 20.000 habitantes. O Srº Flavio Helman da FNP solicitou explicação sobre os valores menores do orçamento para 2005 comparados ao que foi empenhado em 2004. Perguntou também sobre a forma que estão sendo tratados os recursos, disponibilizados pelo BID em relação ao programa Habitar Brasil Bid. O Observador pela Paraíba, Sr. Netovitch, pediu esclarecimentos sobre os montantes superiores para a Habitação em relação aos de saneamento ambiental, que estabilizaram em um bilhão e 800 milhões, sendo que deveriam ser compatibilizados, diante do déficit extremamente alto existente em saneamento. O Sr. Luiz Herlain da CMP sugere que ao invés de duas reuniões para discutir o orçamento, fosse criada uma comissão permanente para acompanhar o orçamento do Ministério das Cidades, bem como o orçamento geral da União. O Sr. José Afonso do MNLM pediu para que o Ministério não se esqueça das pequenas e médias cidades, mesmo sendo as regiões Metropolitanas prioritárias e recomendou um equilíbrio de prioridades e ações. A Coordenadora passa a palavra para a Secretaria Executiva Ermínia Maricato para responder aos primeiros esclarecimentos solicitados. Sobre a primeira intervenção, afirmou que o Ministério acolheu a sugestão de capacitação dos conselheiros e quanto à redução dos recursos do Planejamento Territorial, o Ministério fez uma proposta ao Ministério do Planejamento ao qual foi negada e não havia recursos para tal, então os Secretários de Habitação e Saneamento, em discussões internas, resolveram retirar recursos de suas áreas e destinar ao Planejamento Territorial. Ressaltou que o orçamento destinado ao Ministério é muito pequeno, e que é preciso um esforço para conseguir recursos

das emendas parlamentares. Logo após o Secretário Jorge Hereda esclarece ao Sr. Flávio Helman que o Habitar Brasil Bid foi repactuado e que comparando os seus três primeiros anos de vida, os recursos disponibilizados não passou da metade dos recursos empenhados no 1º ano de Governo Lula. A meta estabelecida foi alcançar cerca de 120 Municípios até 2006. Hoje existem, cerca de 88 obras licitadas ou em processo de licitação, quando no início de 2003 eram apenas 29 e afirmou que o governo está honrando com os compromissos realizados. Quanto à diferença dos recursos da Habitação e do Saneamento vale lembrar que os recursos da Habitação são maiores, pois contam com outras fontes como, por exemplo, o FDS e o montante estabelecido pelo Conselho Curador do FGTS é de 60%. O Sr. Laerte Meliga Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MCidades esclareceu que os recursos do OGU, no MCidades não estão decrescentes o que houve foi uma redução na expectativa em relação ao PPA, disse que é necessário que fique claro que é impossível comparar coisas diferentes, como alguns órgãos da imprensa costumam fazer e que, a comparação correta dos recursos do ano passado com o deste ano revela que o orçamento aumentou: o PLOGU/2004 foi de 550 milhões e o PLOGU/2005 é de 767,5 milhões, um crescimento, portanto, de 39,55%. A Srª Raquel Rolnik, Secretária de Programas Urbanos, explicou que na exposição do Sr. Heleno faltou elencar, entre as prioridades, o apoio a execução dos planos diretores, os programas de risco, de reabilitação das áreas centrais e de regularização fundiária. Afirmou que na tabela distribuída, teve um corte de 47% em relação à expectativa do PPA. Esse corte foi aplicado linearmente sobre todos os programas e nessa redução os planos diretores, que haviam sido priorizados para 2005, iam ficar apenas com 10 milhões. O movimento que foi feito internamente no Ministério das Cidades com o apoio da Secretaria de Habitação e Saneamento foi reconstituir essa rubrica para alcançar o que estava na expectativa do PPA, 16 milhões. Em seguida o Secretário de Saneamento Ambiental, Sr. Abelardo informou que os componentes do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental tiveram uma exposição mais detalhada sobre o orçamento, e que o assunto é tão complexo que foi esquecido de mencionar os recursos do BNDES que é do fundo da Vale do Rio Doce e

que a Secretaria irá retomar a discussão para continuar disputando esses recursos. A seguir o Sr. José Leite da CMP disse que gostou da proposta de se criar a comissão para acompanhar o orçamento e que isso facilitará o trabalho dos conselheiros. Sugere, ainda, que o manual a ser entregue aos parlamentares possa ser repassado também aos deputados estaduais e aos vereadores, para servir de exemplo. O Sr. Nelson Saule Junior da FNRU, solicitou esclarecimentos sobre os recursos para o funcionamento do Conselho das Cidades, diante da perspectiva do que foi colocado para a capacitação e das outras inúmeras atividades que devem ser desenvolvidas pelo Conselho. A seguir conclamou os Conselheiros e o MCidades para se empenharem para conseguir que as emendas parlamentares fossem feitas em função da elaboração do Plano Diretor, porque se trata de uma questão urgente, da implementação da lei que dá o prazo de 2006, para essa elaboração e se não existirem recursos, monitoramento e capacitação por parte do MCidades não acontecerá essa disposição legal por parte dos municípios de forma democrática e representativa dos interesses da maioria da população. O Sr. Gegê da CMP disse que é pública a informação que no orçamento da União está previsto um superávit em torno de 70 bilhões. Isso daria para construir 14 milhões de unidades habitacionais, assentar 02 milhões de famílias sem terra e outras coisas mais, portanto, propôs que antes da próxima reunião do Conselho seja realizada uma reunião para tratar do orçamento entre os conselheiros, o Ministério das Cidades, a Casa Civil, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda. O Sr. Ricardo Mendanha do FNSDTUT apoiou a proposta para realizar uma reunião para discutir o orçamento geral da União e a política nacional. Em seguida elogiou o aumento de recursos disponibilizados do FGTS para a Habitação e o Saneamento. Questionou, no entanto, os poucos recursos para o transporte e mobilidade. Solicitou esforços para aumentar o montante de recursos do OGU. Disse, também, que na medida que os recursos do FUNSET continuam contingenciados, o FNSDTUT vai encaminhar que os Municípios não depositem o dinheiro, na conta do FUNSET

e que se invista nos próprios Municípios. O Sr. Carlos Rosito da ASFAMAS parabenizou a equipe do Ministério pela iniciativa de socializar as informações. Sugeriu que haja uma separação entre os recursos orçamentários dos recursos de financiamento. É preciso dar a dimensão real da natureza dos desembolsos para não criar uma visão errada sobre a realização do benefício, por exemplo, os recursos de OGU têm um prazo mais rápido, enquanto que os recursos do FGTS levam de três a quatro anos. Parabenizou o Governo Lula por criar a Secretaria de Saneamento Ambiental. Sugeriu a inclusão de outras fontes de recursos, como a do Ministério da Integração, em recursos para abastecimento de cidades, no Ministério do Meio Ambiente, através da ANA – Agência Nacional de Águas. Sugeriu aumento nas tarifas, dos que têm condições e aumentar o subsídio cruzado, enfim todas as medidas que possibilitem as classes menos favorecidas obter água e esgoto. O Sr. Marcos Augusto Neto da CNC fez questionamentos a partir dos poucos recursos orçamentários previstos para habitação, contrastando a discussão travada há um ano, no qual são necessários recursos subsidiados para enfrentar o déficit habitacional localizado na faixa populacional de 0 a 3 SM. Por outro lado, afirmou, o governo aumentou os impostos para o setor imobiliário, para as prestadoras de serviço e, neste ano está previsto um aumento de arrecadação que poderiam estar vinculados a essa receita para construir casas. O Sr. Nazareno da ANTP afirmou que até agora não se conseguiu conscientizar o governo que matar 40 mil pessoas e deixar 120 mil portadores de deficiência é uma questão de saúde pública, de exclusão social. Disse também que os Municípios pagam multas que chegam até 150 milhões por ano e que o governo guarda esse dinheiro para contingenciar. As entidades envolvidas na conquista da mobilidade urbana estão na luta para liberar os recursos da CIDE e enquanto isso não acontece, as entidades estão trabalhando, para que 100% da “CIDE Municipal” seja aplicada no Transporte Público, bem como, os 50% da “CIDE Estadual”. Ainda existe o DEPVAT, que é outro recurso ligado à segurança do trânsito e está contingenciado também. Valeria um estudo para fazer com que os recursos do FGTS, da CIDE e outros pudessem ser incorporados em alguma área (coluna) do orçamento, liberados do contingenciamento, para que esses recursos possam ser direcionados para o transporte público. Terminando, afirmou que há uma certa perspectiva com relação à CBTU, de recursos mais permanentes, mas no conjunto os recursos para trânsito e transporte não são suficientes. O Sr. Jean da AGB afirmou que no momento em que se pretende implantar políticas nacionais de desenvolvimento urbano através, de sistemas nacionais de saneamento, habitação e mobilidade urbana, há uma incoerência quando se opta pela prioridade nas regiões metropolitanas e da compatibilidade dessa prioridade com a agenda de implantação da política baseada sobre sistemas nacionais, de aliança entre entes federados. Para responder aos esclarecimentos, o Secretário Jorge Hereda iniciou concordando com os conselheiros sobre a necessidade de discutir as prioridades do Orçamento Geral da União. O governo Lula nos próximos meses vai aumentar dos 5 milhões de famílias que recebiam a Bolsa Família para 11 milhões de famílias. É uma prioridade importante que retirou do orçamento uma quantia razoável. Portanto, não é uma falta de compromisso do governo. Os recursos para habitação vêm aumentando a cada ano. Lembrou que tem sido feito esforços para que os recursos consigam chegar a baixa renda. No PSH o Secretário falou que já existem 450 milhões que poderão ser acrescidos aos 208 milhões (emendas parlamentares). No FDS tem mais 500 milhões e para o próximo ano falou da possibilidade de mais 200 milhões e, concluiu que tudo vem sendo discutido com o Presidente Lula. O Sr. Renato Boareto, diretor da Secretaria de Transporte e Mobilidade, respondendo às questões, lembrou que a Secretaria de Transporte é recente e que desde 1988 o Governo Federal se ausentou da formulação da política de transporte urbano no país. Com a criação do Ministério das Cidades volta a discutir e formular uma Política Nacional, chamada agora de Mobilidade. A Secretaria só considera os projetos dos Municípios que contemplem a acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência, sendo isso um requisito na própria elaboração dos projetos, resultando uma capacitação dos técnicos de prefeituras e conseqüentemente uma melhoria dos projetos. Disse que agora estão trabalhando em investimentos para corredores exclusivos, em terminais, em abrigos, em infra-estrutura para

os transportes públicos, gerando também emprego. Falou, ainda, sobre a necessidade da orientação, para as emendas parlamentares imbuídas dos conceitos de mobilidade e acessibilidade. O Sr. Heleno respondendo ao Sr. José Leite da CMP disse que será feito o possível para que o manual seja disponibilizado para as prefeituras, organizações sociais com a maior brevidade possível. Logo após, o Secretário, Sr. Abelardo disse que a Secretaria está concluindo um documento que busca captar todas as ações de saneamento do Governo Federal e confirmou a existência de ações de saneamento no Ministério da Integração Nacional e no BNDES. Concordou com o Sr. Jorge Hereda de que devemos enxergar o orçamento do Governo como um todo, visualizando as prioridades de todos os setores. Em seguida a Sr<sup>a</sup> Iria Charão explicou que os recursos disponibilizados para o Conselho das Cidades, para o ano de 2004, foram R\$ 260 mil reais, que corresponde ao custo de 4 reuniões da forma como foi planejado na primeira reunião do ConCidades. Para 2005, a proposta inicial, prevista era de 618 mil, porém sendo um ano de Conferência, a previsão do orçamento passou para um Milhão e 500 mil, que, ainda, não serão suficientes para o conjunto de despesas, porém, a intenção é pelo menos ter em caixa o valor que foi gasto na Conferência passada. Disse que cada Secretaria cedeu um percentual ao orçamento do Conselho. O MCidades afirmou, continuará a luta por captar os recursos para a próxima Conferência. A Coordenadora passou a palavra para Sr<sup>a</sup> Ermínia Maricato que informou que o Presidente já enviou a proposta da LDO para o Congresso. Disse que o compromisso do MCidades é de não disputar recursos com outros Ministérios, mas das emendas dos parlamentares. Concordou com o conselheiro que sugeriu emendas parlamentares para a elaboração do plano diretor e, completou dizendo que é necessário captar recursos para Metrô e para o HBB – Habitar Brasil. Disse que internamente o Ministério está discutindo algumas outras prioridades que ainda não foram acertadas. O Sr. Nelson Saule do FNRU apresentou uma proposta de resolução que recomendava aos parlamentares a produção de emendas para a elaboração e revisão de Planos Diretores. Após a sua leitura foi aprovada por unanimidade. O Sr. Eduardo Trani do Governo de São Paulo disse que foi muito importante o debate público sobre orçamento, no entanto, solicitou que se explicitasse o que foi empenhado e o que foi contratado para que os Conselheiros possam acompanhar efetivamente os gastos feitos. Solicitou também que seja enviado aos conselheiros com antecedência. A Sr<sup>a</sup> Iria Charão encerrou o debate encaminhando a proposta para o Plenário sobre a criação do grupo de trabalho com o objetivo de acompanhar mais detalhadamente o orçamento do Ministério das Cidades e da União, no qual foi aprovado por unanimidade. Logo após passou para o 3º ponto da pauta: **3. Processo de preparação da 2ª Conferência Nacional das Cidades.** Introduzindo a temática, a Coordenadora disse que foi realizada pelo Ministério uma sondagem, entre os conselheiros e suas entidades, com o objetivo de receber uma avaliação sobre diversos pontos relativos à 1ª Conferência, entre eles, a proporcionalidade dos segmentos, a forma e regras para a eleição do Conselho, mas poucas pessoas responderam ao questionário enviado. Na verdade, a enquête visava saber qual seriam as propostas para o aperfeiçoamento do processo de conferências, e qual a avaliação sobre o papel dos observadores. Finalizou propondo a escolha de um grupo de trabalho que vai elaborar as propostas para o processo de organização da 2ª Conferência. A seguir abriu a palavra para o Plenário se manifestar. Sr. Orlando Junior da Fase falou que foram encaminhadas pelo Comitê de Saneamento três propostas: a 1ª propondo que haja na próxima reunião uma avaliação da atuação do Conselho, tendo em vista que completará um ano de atuação cabendo uma avaliação anterior à discussão do processo de organização da próxima Conferência. As outras duas propostas são resoluções, a 1ª criando um grupo de trabalho que apresentará uma pré-proposta de organização da 2ª Conferência Nacional das Cidades, na próxima reunião de dezembro e, a 2ª resolução propunha instituir um grupo de trabalho, que paralelo à organização da Conferência, no próximo ano, elabore um anteprojeto de Lei sobre a institucionalização do Conselho das Cidades e das Conferências Nacionais, dentro de um sistema nacional de gestão integrada à política nacional de desenvolvimento urbano. O Sr. Miguel Lobato do MNLM propôs rever a periodicidade da Conferência e disse que não

concordava com a elaboração de um projeto de Lei para institucionalizar o Conselho. Sugeriu que o grupo de trabalho elaborasse as questões que precisam ser mudadas e apresentasse ao governo e ao Conselho, sem precisar passar pelo Congresso Nacional. O Sr. Jose Aparecido Leite da CMP sugeriu que a Conferência seja realizada de três em três anos. Pediu para que seja criada uma representação no conselho, específica para portadores de deficiência. O Sr. Gilson Silva da Força Sindical propôs a periodicidade de 4 anos, porém intercalando conferências temáticas. Acrescentou que seria melhor se o Grupo de Trabalho fosse de dois representantes de cada segmento. O Sr. Gegê da CMP discordou do Sr. Gilson e achou suficiente um membro por segmento. Defendeu que a periodicidade da Conferência ocorra em períodos maiores. O Sr. Ubiratan Felix da Fisenge concordou com a criação do GT e achou que ele deve ser operacional. Falou da importância do segundo GT que tem o objetivo de pensar sobre o sistema de cidades e do próprio caráter do ConCidades. O Sr. André Roberto dos Santos Matheus da CNF sugere dois representantes por segmento, pois na ausência de um estaria o outro. A Sr<sup>a</sup>. Berthelina da FNA sugere uma periodicidade maior entre as conferências. Defendeu a importância do GT ser composto por representantes dos segmentos para que se inicie um processo de troca de idéias entre as entidades de cada segmento. O Observador por Amazonas, Sr. Sergio apoiou a sugestão do GT ser composto por um Titular e um Suplente e lembrou da necessidade de se construir uma proposta melhor sobre os Observadores. Disse que para a próxima Conferência é necessário, sem prejudicar os Segmentos, fazer uma proposta que contemple a representação de todos os Estados no Conselho. O Sr. Modesto Severino de Azevedo da UNMP conclama o Plenário para responder aos formulários, enviados pelo MCidades, sobre a avaliação do processo da 1<sup>a</sup> Conferência e sugere que a Secretaria envie o formulário novamente para todos. O Sr. Marco Fuchida da OCB falou de sua preocupação com a possibilidade de esvaziamento das reuniões do Conselho se a partir de dezembro a agenda ficar tomada pela discussão e participação das conferências ao nível municipal, estadual e nacional e finaliza concordando com uma periodicidade maior para a Conferência. A Sr<sup>a</sup> Iria esclarece que a periodicidade foi deliberação da 1<sup>a</sup> Conferência e que para ser modificada terá que necessariamente depender de uma decisão de outra Conferência. O segundo problema será o mandato do Conselho, na medida que foi a Conferência que definiu e elegeu as entidades que compõem o mesmo. Aproveitou para informar que a Secretaria encaminhou aos Governadores, a Resolução do Conselho, sobre as recomendações para a criação dos Conselhos Estaduais e somente um Estado respondeu. Comunicou que para a próxima Conferência o Mcidades pretende diminuir os gastos e a Secretaria está providenciando uma reserva no Centro de Convenções de Brasília para não arcar com as despesas do local. Avisou que possivelmente o GT da 2<sup>a</sup> Conferência só venha se reunir na primeira quinzena de novembro. A seguir o Sr. Ricardo, Observador por Roraima, lembra que a experiência do Observador não foi a melhor, portanto, é necessário que se preveja na próxima Conferência uma representação estadual. Finda as inscrições a Sr<sup>a</sup> iria colocar as propostas em votação. A primeira foi em relação a criação do GT que foi aprovada por unanimidade. Quanto a composição havia duas propostas e foram defendidas pelo Sr. Ubiratan Felix da Fisenge, (um titular e um suplente) e pelo Sr. André Roberto dos Santos Matheus CNF (dois titulares e dois suplentes). Foi vitoriosa a proposta defendida pelo Sr. Ubiratan da Fisenge por maioria de votos . Portanto, foi aprovada a resolução criando o GT para realizar uma proposta de organização para a 2<sup>a</sup> Conferência composta por um titular e um suplente, com exceção do Movimento Social que tem dois titulares e dois Suplentes, conforme publicação em **Anexo IV**. Logo após foi submetida à votação e aprovada por maioria com uma abstenção, a 2<sup>a</sup> Resolução encaminhada pelo Comitê técnico de Saneamento Ambiental criando um outro GT com o objetivo de elaborar um pré-projeto de lei institucionalizando o Conselho e as Conferências, dentro de um sistema nacional de gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano conforme publicação em **Anexo IV**. Por fim, foi votada por unanimidade a proposta de acrescentar à pauta da próxima reunião do ConCidades mais um item, balanço da atuação do Conselho. A Coordenadora aproveitou para encerrar os trabalhos do dia. No dia seguinte, aos três dias de setembro de

dois mil e quatro reiniciou a 3ª reunião do ConCidades com a Srª Ermínia Maricato, Secretária Executiva do MCidades, substituindo o Presidente Olívio Dutra que após cumprimentar o Plenário passa a palavra imediatamente para a Srª Iria Charão que anuncia o próximo ponto da pauta **4. Política Nacional de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana**. Chama o Secretário Sr José Carlos Xavier para iniciar a apresentação da Política acrescida do debate havido na reunião do Comitê Técnico. A apresentação está no **Anexo V**. Em seguida foi chamado o Sr Ailton Brasiliense, Presidente do Denatran para fazer a apresentação da Política Nacional Trânsito acrescida das propostas do Comitê Técnico, conforme **Anexo VI** (Cartilha da Política). A Coordenadora abre o debate no Plenário e o primeiro que se inscreveu foi o Sr Sergio Observador pelo Amazonas que parabeniza o MCidades pela apresentação sucinta e objetiva da política e aproveita para questionar a representação dos membros que compõe o Plenário, visto o seu esvaziamento numa discussão tão importante. Porém, ele perguntou ao Secretário sobre os instrumentos existentes para que as autoridades possam, efetivamente, aplicá-la, na medida que parte dos governantes não encaminham as soluções técnicas e reais para as cidades. O Sr. Luis Carlos da CMP disse que o Comitê Técnico fez um trabalho de mutirão muito bom para modificar os textos trazidos para o debate. Os dois documentos, segundo o Sr. Luis, são dois instrumentos importantes para reverter as políticas de transporte e trânsito nas cidades exigindo dos atores sociais e dos agentes públicos uma internalização dos novos conceitos para possibilitar as mudanças necessárias, como, por exemplo, em Curitiba que tem a fama de ser exemplar. O Sr. Nazareno da ANTP afirmou que o trabalho do Comitê foi importante para completar os textos originais, porém, não deu tempo de debater as metas da política de trânsito. O trabalho foi importante para contribuir na construção de um outro modelo de cidade, diferente do modelo americano importado, desde os anos 30, no qual a prioridade assumida foi o transporte individual, para favorecer a indústria automobilística. As novas políticas estão centradas no conceito de mobilidade para as pessoas e a expectativa é que essas políticas sejam efetivadas em todas as cidades e no país. O Sr Orlando Junior da FASE reconheceu que as propostas e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade e de Transito propostas pelo Comitê são amplamente favoráveis às posições defendidas pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, na medida em que incorpora princípios e diretrizes fundados na Paz do Transito, na justiça e na democracia, na defesa do meio ambiente e no direito à cidade. Afirmou que o FNRU havia feito várias críticas ao documento original, mas após tomar conhecimento do debate do Comitê de Mobilidade é preciso concluir que houve avanços significativos. O Sr Francisco Diniz do MNLM falou sobre a sua indignação a respeito de uma ponte em São Luis que foi condenada e as obras paralisadas, há mais de 3 anos, e o movimento popular quer saber onde foram desviados os recursos, bem como solicita a penalização dos culpados, visto que a cidade está ilhada a tanto tempo. A Srta. Olinda Marques da Abong solicita maior articulação da política de mobilidade com a elaboração dos Planos Diretores e com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Sr. Marcos Borsino do Ministério do Meio Ambiente sugeriu unir os itens 64 e 84 do documento da política de mobilidade distribuído e, sugeriu mais três modificações: reescrever o item 92 para: “Os planos diretores das cidades devem prever a utilização das áreas lindeiras dos sistemas metropolitanos e ferroviários”; Acrescentar no item 83 “Promover a preservação do patrimônio histórico cultural e ambiental nos centros urbanos”. Incluir no item 95: “Promover a utilização e incentivar a utilização de combustível alternativo e menos poluente”. O Sr Donizete da UNMP sugere que o Governo Federal dê incentivos aos Governos Estaduais e Municipais para a realização de fiscalização visando a renovação dos carros velhos para que se efetive a Paz no Transito de fato. Levantou também que o princípio de acessibilidade ainda não é referência nas políticas locais como, por exemplo, em São Paulo, na estrada dos “imigrantes” estão proibidos de circular os ônibus, impedindo que os trabalhadores possam se locomover para a Baixada Santista por uma estrada segura. O Sr. Eduardo Trani do Governo de São Paulo elogiou o avanço das novas propostas sobre a política de mobilidade, ressaltando um dos itens que é o 79, no qual incentiva e difunde medidas de moderação de trafego e de uso sustentável e racional do transporte motorizado e

individual. Propõe incluir as campanhas de educação ambiental (o rodízio, transportesolidário), principalmente nas regiões metropolitanas, comprometendo, também, o setor privado que gera o tráfego. Finda as inscrições a Coordenadora lê mais duas propostas que chegaram à mesa, para acrescentar ao item 84: “promover e viabilizar a associação e a política de coordenação de mobilidade sustentável e de transporte e trânsito, em consonância com a política habitacional e de saneamento ambiental, desenvolvimento urbano e particularmente a questão do manejo das águas pluviais urbanas, inclusive o manejo de resíduos sólidos urbanos” e ao item 95: “promover e incentivar a utilização de combustíveis alternativos e menos poluentes”. A Sr<sup>a</sup> Marli da UNMP solicitou acrescentar aos itens 2,3,4,5 e 6 da política nacional de trânsito a palavra sociedade civil, em substituição à palavra movimentos populares, com o objetivo de contemplar o conjunto das organizações da sociedade. A Coordenadora passou a palavra para o Secretário Sr José Carlos Xavier para responder aos esclarecimentos solicitados pelos conselheiros. Iniciou dizendo que não podia responder questões específicas levantadas, como a ponte de São Luis, mas reconheceu que o debate foi bom para aprimorar o texto original. Quanto aos problemas de financiamento para o setor, informou que o Governo Federal, no bojo do debate sobre reforma tributária discutiu com os governadores e prefeitos a transferência de uma parcela da CIDE para estados e municípios. Os estados atualmente recebem 29% da CIDE, representando cerca de três bilhões de reais, destes, 750 milhões, aproximadamente, estão sendo transferidos aos municípios, porém, a legislação vetou a possibilidade de vinculação desses recursos ao transporte público. Segundo o Secretário, os governadores conseguiram vincular esses recursos à malha rodoviária e para os municípios não houve vinculação alguma. Portanto, em princípio, existem esses recursos da CIDE mas não estão direcionados para a prioridade do transporte coletivo, torna-se necessário agora conquistar a vinculação, a partir do envolvimento dos municípios e estados na incorporação da política de mobilidade urbana com as prioridades definidas no documento. Após o relato do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, a Sr<sup>a</sup> Iria Charão submeteu as emendas realizadas e os documentos, no seu conjunto, acrescidos das contribuições do Comitê à votação e aprovados por unanimidade. A seguir a Sr<sup>a</sup> Iria passou para o outro ponto da pauta **5. Informes dos Comitês Técnicos:** Iniciou com a apresentação do Comitê Técnico de Habitação, cujo documento encontra-se no **Anexo VII**. O Comitê encaminhou a proposta de uma Resolução que recomenda a participação do Ministério das Cidades no Conselho Monetário Nacional com o objetivo de debater questões relacionadas ao desenvolvimento urbano no qual foi aprovada por unanimidade, conforme publicação no **Anexo IV**. A Sr<sup>a</sup> Berthelina da FNA encaminhou outra proposta apresentada no âmbito do Comitê e elaborada da seguinte forma: Considerando a importância estruturante do direito a moradia, como determinante para assegurar o direito à Cidade; considerando o déficit quantitativo de moradias no País, particularmente para milhões de cidadãos e cidadãs, cuja renda situa-se na faixa de até 3 salários; considerando a vertente da geração de empregos e a dinamização da economia que a construção de novas moradias induz e considerando a proposta elaborada pela Secretaria Nacional de Habitação para uma Política Nacional de Habitação, apresentada, debatida e emendada no âmbito do Conselho das Cidades, o Comitê Técnico de Habitação encaminha a realização de um Seminário para debater a nova formulação da Política Nacional de Habitação, no dia 7 de dezembro de 2004, antecedendo a reunião do ConCidades. A Coordenadora submeteu ao Plenário e foi aprovada por unanimidade. A próxima a falar foi a Secretária de Programas Urbanos a Sr<sup>a</sup> Raquel Rolnik que relata sobre o Comitê Técnico de Planejamento Territorial, conforme **Anexo VIII**. Encaminha a proposta de uma Resolução realizada no âmbito do Comitê que propõe uma campanha nacional de sensibilização e mobilização da sociedade e dos municípios para a realização e implementação de Planos Diretores Participativos, aprovada por unanimidade, conforme publicação no **Anexo IV**. O Secretário de Saneamento Ambiental o Sr. Abelardo de Oliveira fez o relato do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental, conforme **Anexo IX**. Encaminhou duas propostas de resolução, a primeira recomendando ao MCidades de fazer

gestões para adiar a tramitação do PLC 01/2003 e de viabilizar um debate conjunto do ConCidades com o CISAMA/MS - Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente, do Conselho Nacional de Saúde. A segunda proposta recomendava aos Ministérios da Fazenda, Planejamento, ao Banco Central e ao Conselho Monetário Nacional uma reavaliação dos critérios estabelecidos na definição das capacidades de endividamento e de pagamento para a concessão de financiamentos ao setor público, em saneamento ambiental. As duas Resoluções foram aprovadas por unanimidade. Em seguida a Sr<sup>a</sup> Iria Charão apresentou, conforme indicação dos segmentos, os nomes que irão compor os Grupos de Trabalho aprovados no dia anterior, que terão a tarefa de preparar uma proposta de organização da 2<sup>a</sup> Conferência Nacional das Cidades, de elaborar um pré-projeto de institucionalização do Conselho das Cidades e Conferência e de acompanhar e debater o orçamento do MCidades. A relação dos nomes encontra-se no **Anexo X**. Logo após, a Coordenadora passou para o próximo ponto: **6. Informe e andamento da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**, passando a palavra para a Sr<sup>a</sup> Ermínia Maricato que fez a apresentação dos fundamentos para a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, conforme **Anexo XI**. Explicou que será composta por um documento síntese e projetos complementares. As questões que integrarão uma elaboração posterior serão entre outras: a política tributária de desenvolvimento urbano, edificações e energia, construção civil e produtividade. Informou, também, os encaminhamentos para a realização do Seminário que abordará a temática e que se realizará nos dias 24, 25 e 26 de novembro. Em seguida, a Coordenadora havia recebido, um encaminhamento do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana que recomendava ao MCidades a criação de normas legais e ações para proibir a prática do moto-taxi e a submeteu ao Plenário. A partir de reações de alguns conselheiros, a coordenadora abriu uma inscrição para uma defesa e uma argumentação contrária. O Sr. Luis da CMP, na defesa da resolução, afirmou que seria necessário interromper um sistema de transportes que causava risco ao passageiro e ao próprio motociclista, visto a incidência de um número crescente de acidentes com mortes e feridos. O Sr. Sergio, Observador pelo Amazonas, afirmou que o Conselho precisa analisar bem o problema, visto que a atividade de moto-taxi estava implantada em muitas cidades e que era a garantia de emprego de milhares de pessoas. Ainda, enfatizou que em algumas cidades pequenas seria um meio de transporte já consagrado por não ter um alternativo. Colocada em votação a Resolução foi aprovada por maioria, tendo 03 votos contrários e 02 abstenções. Esgotada os pontos da pauta a Sr<sup>a</sup>. Iria passou a palavra para a Secretária Executiva do Ministério das Cidades, Sr<sup>a</sup>. Ermínia Maricato que agradeceu a presença de todos e desejou um bom retorno às cidades natais, dando assim por encerrada 3<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho das Cidades.